

## **SORTEIO DE BICHO: UMA ANÁLISE DO LAZER PARA FORA DA LEI**

Rômulo Bulgarelli Labronici  
Universidade Federal Fluminense  
Niterói, Brasil  
[romulolabronici@gmail.com](mailto:romulolabronici@gmail.com)

Recebido em 7 de fevereiro de 2014

Aprovado em 10 de outubro de 2014

### **Resumo**

Este artigo pretende apresentar uma análise da loteria popular conhecida como “jogo do bicho”. Pretendendo discutir distintos aspectos que mostram como uma prática lúdica e tradicional de lazer popular passa a dotar aspectos empresariais e econômicos em sua macroestrutura. Contrapondo com a visão reguladora de crime, vício e danação que o insere em uma prática posta na ilegalidade. Assim este artigo busca apresentar traços que constroem esta fronteira difusa e que definem a legalidade nas práticas de jogo. Por outro lado discute como, mesmo ilegal, detém legitimidade social com lideranças locais financiando o Carnaval carioca.

**Palavras-chave:** jogo; apostas; Carnaval.

### **Abstract**

#### **Draw of the animal: an analysis of a leisure to the outlaw**

This article aims to provide an analysis of popular lottery known as "jogo do bicho". Intending to discuss different aspects that show how a playful and traditional practice of popular leisure holds an entrepreneurial and economic aspect in their macrostructure. Contrasting with the regulatory view of the game that inserts this practice into crime, vice and damnation. So this article aims to show traits that build this fuzzy boundary and defining the legality of the practice game. On the other hand discusses how, even illegal, it holds a social legitimacy with local leaders by funding the Rio de Janeiro's Carnival.

**Key words:** game; bet; Carnival.

## **Introdução<sup>1</sup>:**

A exploração de jogos como negócio tem um longo histórico no Rio de Janeiro e, seguramente, o jogo do bicho foi uma das modalidades importantes ao longo do século XX. A importância atribuída a esta prática culminou em distintas abordagens de estudo<sup>2</sup>, todas de alguma forma contendo em si uma “memória cristalizada<sup>3</sup>” sobre seu surgimento, buscando explicar de onde surgiu e como adquiriu suas atuais proporções e importância sócio-cultural. Este artigo busca entender um pouco mais o fenômeno do jogo do bicho enquanto uma prática que se insere para além de um mero crime ou de uma diversão lúdica. Embebido de uma bibliografia específica o ponto de partida se dá por uma historiografia “de segunda mão” para enfim entender o jogo como parte integrante e atuante da cultura carioca e que ao longo do século que sucede sua criação adotou um valor simbólico evidente da repressão as práticas populares.

## **A saída da Gaiola**

“Em princípio, o jogo do bicho começou como uma forma de loteria legalizada para auxiliar no custeio de despesas do Zoológico”, como me afirmou um bicheiro em

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte integrante de minha pesquisa de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense– PPGA/UFF defendida no ano de 2012.

<sup>2</sup> Entre os trabalhos de maior destaque estão: DaMatta e Soárez (1999), Soares (1993), Soárez (1992), Lerner (1993), Meira (2000), Magalhães (2005, 2011), Saldanha (1986) e Chazkel (2007).

<sup>3</sup> O autor Felipe Magalhães (2005, 2011) afirma existir uma “memória cristalizada” referente ao jogo do bicho. Segundo o autor a grande maioria das obras historiográficas se baseou no trabalho do memorialista Luiz Edmundo Costa (2003): *O Rio de Janeiro do meu Tempo*. Tal obra foi a principal fonte historiográfica de muitos dos trabalhos acadêmicos escritos sobre o jogo do bicho. Nela, Luís Edmundo extravasou o seu imenso amor por sua cidade, contando as histórias e falando dos ambientes por ele vividos na virada do século XX, em sua dupla condição de participante e testemunha. Nada escapou ao agudo senso de observação do escritor. Os tipos populares: o vendedor de carvão, o vendedor de perus, o leiteiro e sua vaca, a turma dos fósforos, até mesmo o Barão de Drummond e seus palpites para o jogo do bicho. Com uma visão bastante particular, o memorialista afirmava que o jogo do bicho se apresentava como algo simples e ingênuo e que através da “danação popular” foi subvertido em uma jogatina desenfreada.

entrevista<sup>4</sup>. Segundo a “visão cristalizada”, a então capital do império, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi a escolha de um jovem empresário de Minas Gerais para fazer fortuna. O empresário João Baptista Vianna Drummond, posteriormente intitulado Barão, chegou a cidade com uma pequena fortuna -três conto de réis- e logo demonstrou uma aptidão natural para os negócios. Trabalhou com especulações na bolsa e posteriormente adotou parcerias de investimentos com o banqueiro mais poderoso da cidade, o Barão – depois tornando-se Visconde – de Mauá. O tino para negócios do futuro Barão de Drummond o levou para especulação imobiliária em zonas periféricas da cidade.

A pretensão do Barão de Drummond era criar um bairro moderno, com um traçado regular, ruas e avenidas largas. Assim o bairro de Vila Isabel nasce a partir de uma série de loteamentos. O bairro se torna o primeiro a ser construído frente a um planejamento.

Ao sair das pranchetas e das mentes de arquitetos e engenheiros, apontaria para o futuro, para uma certa modernidade representada pelo ideal de ordem e civilização. Além da novidade, haveria outro sentido para a sua construção nas terras antigas da Fazenda dos Macacos. A ação do homem, por meio de elementos adquiridos da técnica e da ciência, teria dominado a natureza e transformado um ambiente inóspito numa área urbana, servida por bondes e capaz de atender às primeiras necessidades da nascente vida urbana (MAGALHÃES, 2006, p. 17).

Com isso, Vila Isabel se tornaria uma zona residencial dotada de amplas avenidas, sendo um projeto indiscutivelmente moderno e ambicioso. Além do bairro, o Barão era também acionista da *Cia. De Ferro Carril Vila Isabel*, que era principal responsável pela ligação com o centro da cidade. Tal proposta urbanística e civilizadora veio em conjunto com a criação de um novo parque -localizado na encosta da Serra do

---

<sup>4</sup> Poucos foram os bicheiros que souberam me informar algo sobre a história do jogo, como e onde surgiu.

Engenho- e um Jardim Zoológico. Empreendimento previsto desde 1884, através do envio de uma petição à Câmara Municipal. Argumentava a necessidade de um estabelecimento destes moldes na cidade apontando para o embelezamento e suas potencialidades de estudo. Pelo contrato firmado, o futuro Barão se comprometia a observar os “parceiros da arte moderna, guardar as prescrições higiênicas aconselhadas pela ciência e competir com os melhores desse gênero” (MAGALHÃES, 2006, p. 18). Com o objetivo de não fugir de determinados critérios de modernidade e de civilidade.

Em julho de 1888, acontece a inauguração “oficial” do zoológico. Este rapidamente se tornou um divertimento bastante procurado. Bondes saíam todos os dias lotados do centro da cidade em direção a Vila Isabel. Neste mesmo ano, o então comendador Drummond recebe o título de barão das mãos de D. Pedro II (cf. MAGALHÃES, 2006, p. 18, Soares, 1993). O suposto sucesso inicial deu lugar a uma crise. Obrigado a manter o zoológico com seus próprios recursos, o Barão passou a lutar contra tremendas dificuldades financeiras para a alimentação dos animais e a própria manutenção do jardim. Dois anos mais tarde, o barão argumentava que a subvenção anual de dez contos de réis oferecida pela municipalidade não seria adequada para a manutenção do parque e dos animais e que pretendia transformar o jardim zoológico em um jardim de aclimação não só de animais como também plantas exóticas e indígenas. Assim, mais uma vez se dirige a Câmara Municipal para auxílio, mas dessa vez não mais sob a forma de dinheiro público, mas pela autorização da exploração de jogos lícitos dentro do jardim:

Tanto a petição quanto o parecer chamava a atenção para os perigos dos jogos: os vícios próprios do jogo - como a compulsão para as apostas - e o desprezo pelos principais aspectos civilizadores envolvidos no projeto do Jardim Zoológico. Mas a confiança no espírito público e empreendedor de Drummond e de seus sócios levou a Câmara a conceder um parecer à companhia e o direito de explorar “jogos públicos lícitos e mediante módica contribuição, ficando

sujeito à imediata fiscalização da polícia” (MAGALHÃES, 2006, p. 19).

Com o intuito de auxiliar as contas do parque, foi liberado que alguns jogos fossem praticados. A companhia passa então a oferecer uma gama de diversos jogos, tais como: bilhar, carteadado, jogo da pelota, *frontão*<sup>5</sup> e o novo “jogo dos bichos”.

A gênese deste novo jogo se deu pela suposta sugestão de um comerciante mexicano, Manoel Ismael Zevada, que nessa época já bancava um jogo similar num sobrado do centro da cidade (na esquina da Rua do Ouvidor com Gonçalves Dias), o “jogo das flores”. O jogo das flores possuía uma forma semelhante ao então recém criado jogo do bicho. Havia 25 flores com seus números correspondentes, onde o apostador poderia escolher e apostar tanto em um quanto no outro. A adaptação das flores para os bichos, conforme citam alguns autores daria pela influência do mexicano Zevada, onde o bicho seria um descendente direto das flores.<sup>6</sup> Entretanto, não há registro histórico que explique os motivos do Barão para a escolha dos atuais bichos que compõem a lista do jogo.

De todo modo, o visitante do Zoológico, ao entrar, recebia um bilhete com a figura de um animal impresso. (lista que se mantém a mesma até os dias atuais). Pendurado em um poste próximo ao portão de entrada do parque, havia uma caixa de madeira. Dentro desta ficava escondido à gravura de um dos animais da lista do barão. O animal era previamente escolhido pelo próprio barão e pendurado no poste. Às cinco horas da tarde a caixa era aberta e o animal do dia era retirado deixado a mostra para que todos pudessem ver qual foi o grande sorteado. O premio era 20\$000 - vinte mil-

---

<sup>5</sup> Frontões eram espaços destinados a competições esportivas onde as apostas eram permitidas. Nestes locais havia corridas a pé, de bicicleta e de velocípede, entre outras disputas.

<sup>6</sup> Os dados e detalhes sobre o jogo das flores podem ser encontrados nos trabalhos de Cabral (s/d), Pacheco (1957) *apud* Damatta e Soárez, (1999) p. 67.

réis -, vinte vezes o valor pago pela entrada no parque (cf. MAGALHÃES, 2005, 2011).

O primeiro “sorteio” ocorreu num domingo, 3 de julho de 1892, quando uma série de outros divertimentos também foram apresentados ao público. Aos festejos compareceram políticos, empresários, senhoras da sociedade e outras figuras importantes, ao lado de muitos populares que foram lá para conferir as novidades do parque do barão. Por ser um dia especial, a companhia de *bonds* colocaram carros especiais para levar o público e os convidados até as dependências do parque. Contudo, nenhuma espécie exótica da flora brasileira - e muito menos indígena! Às cinco da tarde, a caixa foi aberta e todo o público presente pôde, finalmente, descobrir qual era o animal encaixotado e saber quem teria direito ao prometido prêmio (...). Na hora marcada, o barão foi até o poste, revelou o avestruz e fez a alegria de 23 sortudos visitantes (MAGALHÃES, 2006, p. 20).

De todos os demais atrativos oferecidos pelo parque e pelo Zoológico o sorteio dos bichos adquiriu o maior destaque. Carros da companhia de bondes criada pelo Barão mal eram suficientes para o transporte dos visitantes que se dirigiam para o Jardim Zoológico (cf: CHAZKEL, 2007; MAGALHÃES, 2005, 2011). Os visitantes chegavam ao Zoológico e não escolhiam o bicho que vinha impresso em seus bilhetes, visto que a relação entre os bichos impressos dependia exclusivamente da ordem de compra e venda dos bilhetes. Entretanto, rapidamente, ocorre uma transformação possibilitando que o comprador escolhesse o bicho no ato da compra:

Agora o jogo começa a constituir um fim em si mesmo, pois nessa fase o povo visita as jaulas do zoológico com o intuito ambíguo de ver os animais presos e de “acertar” neles (DAMATTA e SOÁREZ, 1999, p. 71-74).

Desta forma, o visitante passa a tomar uma postura mais ativa no jogo. O Zoológico não mais era visitado como um espaço educacional ou de lazer, mas sim como um local de apostas, vício e jogatina.

Já nos primórdios do jogo do bicho, o poeta Olavo Bilac sentenciava:

Hoje no Rio de Janeiro, o jogo é tudo. Não há criados porque os criados passam o dia à comprar bilhetes de bichos. Não há conforto nas casas porque as famílias gastam todo o dinheiro do mês no

*elefante* ou no *cachorro*. Ninguém trabalha! Todo mundo joga...<sup>7</sup>

De início, a estigmatização do jogo dos bichos segue atrelada a campanhas morais e cívicas de fundo higienizadora. Até mesmo Rui Barbosa, conhecido como “Águia de Haia” (águia; Grupo 2 no jogo<sup>8</sup>), ministro da fazenda no períodos do *Encilhamento*<sup>9</sup> nos primórdios da república, foi um combatente ferrenho desta loteria popular. Talvez uma explicação para isso seja que a forte adesão popular ao bicho gerou uma visibilidade que, até então, os demais jogos de apostas não tinham alcançado (cf. BENATTE, 2002, p. 19-20).

Contudo, o Barão de Drummond não seria o exclusivo merecedor do crédito - ou da culpa - pela transformação do jogo para uma loteria clandestina altamente difundida. Sua participação se limitou à parceria com o mexicano Zevada em abrir pontos de venda de bilhetes do bicho na principal rua da cidade - a Rua do Ouvidor -, e de estabelecer parcerias com indivíduos que já realizavam operações de jogos de azar no centro. Entretanto, diversos comerciantes locais, independentes do controle do Barão, também instalaram seus próprios pontos de venda. A Praça Tiradentes, um ponto de grande fluxo de negócios, era um dos locais onde também era possível comprar bilhetes para o zoológico, além da passagem do bonde para Vila Isabel (cf. CHAZKEL, 2007 p. 543).<sup>10</sup>

Pequenos comerciantes e lojistas locais também aventuraram-se com a venda dos

---

<sup>7</sup>Bilac, “O jogo dos Bichos”, *apud* Pacheco (1957, p. 43–44).

<sup>8</sup> Uma das possíveis modalidades do jogo é a aposta em um dos 25 grupos correspondentes aos bichos do jogo.

<sup>9</sup> A crise do Encilhamento foi uma bolha econômica que ocorreu no Brasil, entre o final da Monarquia e início da República, estourando durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), tendo em decorrência se transformado numa crise financeira. O nome encilhamento também remetia à agitação e à jogatina que dominavam os jóqueis durante as corridas de cavalos. O mesmo aconteceu com a política econômica primeira república, cujos efeitos criaram um clima de grande confusão e desordem no mercado de investimentos da época. Marcada por um alto nível especulativo na bolsa de valores, a política do encilhamento culminou na desvalorização da moeda nacional e a falência de pequenas empresas, assim como no fortalecimento do setor primário.

<sup>10</sup> *O Tempo*, 12 Julho de 1892. *Apud* Chazkel (2007), p. 543. Ver também Magalhães (2005), p. 24-25.

bichos. Estes montaram suas próprias versões independentes da de Drummond e do Zoológico, onde jogadores apostavam na loteria de bichos enquanto os mercadores bancavam sorteios paralelos por conta própria. Para conseguir o alvará que permitisse seu empregado vender bilhetes pelas ruas do Rio de Janeiro, teria que pagar um imposto no valor de cinco mil réis. É importante registrar que, nesta época, os vendedores ambulantes de loterias poderiam ser autônomos ou serem funcionários de alguns comerciantes (MAGALHÃES, 2005, 2011).

Em 1895 banqueiros não afiliados a Drummond já realizavam apostas por conta própria sem a influência dos desenhos sorteados no zoológico e pagavam aos ganhadores com seus próprios ganhos - e sem dúvida apreciavam lucros por conta própria também. No período crucial entre 1892 e 1895, quando as autoridades da cidade do Rio permanentemente fecharam a loteria dos bichos no zoológico, estas pequenas loterias não possuíam registros com o governo local ou sofriam perseguição policial. (...) Em meados de 1890 o jogo do bicho já havia escapado do zoológico (CHAZKEL, 2007, p. 544). [tradução minha]

Esta enorme quantidade de ambulantes se transformou num meio fundamental para a disseminação das loterias na cidade. Alguns especuladores compravam grandes quantidades de bilhetes e aguardavam do lado de fora o anúncio do resultado do bicho do dia - que bicho deu?<sup>11</sup>-, funcionando como intermediários entre o zoológico e a freguesia do bicho. Assim como ambulantes, quiosques também passam a vender a sorte. Os quiosques parecem ter tido uma importante participação neste comércio. Magalhães nos apresenta alguns dados:

Numa relação destes estabelecimentos feita em 1903, nota-se que de um total de 161 listados, 52 vendiam bilhetes de loterias ou, pelo menos, tinham licença para vendê-los. Em alguns locais, como a Rua Primeira de Março, se poderia encontrar cinco quiosques licenciados para a realização deste comércio<sup>12</sup>

Antes mesmo do decreto nº 133 de 10 de abril de 1895, que autorizava o prefeito

---

<sup>11</sup> Pergunta mais frequente nos pontos de bicho da cidade até hoje.

<sup>12</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, quiosques, códice 45-4- 23, fls. 125 a 129, *apud* Magalhães (2005).



Cesário Alvim a rescindir o contrato que dava a licença do Zoológico em comercializar a sorte dos bichos, o jogo já se expandira. O bicho era gerado e jogado pelo zoológico, agentes do Barão - espalhados em diversos pontos da cidade -, pequenos agentes autônomos, *bookmakers*<sup>13</sup>, quiosques, pequenos comerciantes espalhados pelas ruas e em lojas de “secos e molhados”. A revenda de bilhetes em outros pontos da cidade possibilitou a criação da função do *bookmaker*. Representa um mediador que comprava certa quantidade de bilhetes e os revendia por conta própria. A partir da proibição do zoológico, apenas os ligados diretamente ao Zoológico foram definitivamente extinguidos, deixando caminho “livre” para os demais.

Desta forma, ao falar sobre o jogo do bicho, em meados da última década do século XIX, na verdade, estavam falando sobre uma variedade de loterias clandestinas que coexistiam na capital federal e em cidades de todo o país. “O” jogo do bicho, em um certo momento, passa a ser uma multiplicidade de práticas heterogêneas que possuíam em comum uma mesma sequência de bichos em uma ordem alfabética rústica.

### **Caçadores de borboletas**

“O jogo diário de milhões de brasileiros, vício dominador, irresistível e soberano”

Luís da Câmara Cascudo (1954, p. 411).

Mesmo antes da criação do jogo do bicho no zoológico, os “jogos de azar” já se apresentavam como um problema legal na capital do império. Muito antes do surgimento dos bichos, legislações referentes à temática “jogo” engatinhavam pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Já no início da década de 1830, foi publicada a

---

<sup>13</sup> Termo inglês apropriado ao vocabulário brasileiro. O “fazedor de livros” ou *bookmaker* é um recebedor de apostas. Está relacionado ao jogo operado à distância. Dessa forma, o *bookmaker* torna-se um mediador entre o apostador e o jogo. Este termo foi fixado com as apostas nas corridas de cavalo e posteriormente utilizado para outras modalidades de jogo (DAMATTA e SOÁREZ, 1999, p. 75).

“primeira legislação sobre os jogos (...) no Brasil” (MELLO, 1989, p. 8). Desta forma, a legislação que foi se estabelecendo para regular o mercado de divertimentos na cidade visavam um maior controle estatal dos jogos de azar.

A repressão aos jogos de azar, no âmbito urbano, no início do século XX, não era exclusividade nacional. Cecchi (2010) mostra como uma reunião (*meeting*) na cidade de Buenos Aires buscou dar conta de um aspecto proibitivo da vida da cidade com a eliminação do jogo de azar no âmbito urbano, uma esfera pública em formação. No Brasil, o debate pelo controle dos jogos no espaço público não se deu de maneira menos conturbada. Mello comenta que o debate sobre a regulamentação de jogos de sorte advém de longa data:

As decisões da Câmara não eram informadas por uma política organizada de combate ou repressão aos jogos de azar e nem eram respaldadas por uma ideologia anti-jogos. Embora nestes dispositivos legislativos da Câmara e até 1874 se fizesse referência a jogos proibidos, na verdade, como reclamavam os chefes de polícia da corte, não havia qualquer acordo ou jurisprudência a respeito dos jogos que deveriam ser, de fato, proibidos (1989, p. 17).

Como afirma o autor, o jogo não era tratado como algo “amoral” *per se*. Nos discursos e documentos oficiais contrários a esse, o jogo aparecia atrelado a categorias como: “vício” e “vadiagem”. O peso moral de tais categorias servia de justificativa para esta nova fase de repressão aos jogos. Seus “efeitos danosos” passaram a pulular entre os discursos oficiais: Os vícios apontados pelo movimento operário quanto pelo discurso oficial são praticamente os mesmos, com destaque para o abuso de bebidas alcoólicas, o jogo e a vadiagem.

Neste sentido, nem mesmo o Turfe escapou. Desde o início do século XVII as corridas de cavalo vinham se transformando em eventos cada vez mais organizados na cidade do Rio de Janeiro. O ar “aristocrático” dos eventos turfísticos foi um dos fatores

primordiais para o seu desenvolvimento, que eram aguardadas pelas elites como um grande evento e fonte de diversão.

Mas o que poderia significar o turfe para este grupo? Pode-se observar desde as origens uma postura aparentemente paradoxal das elites em relação ao turfe, que transitava entre uma suposta atitude desinteressada e gratuita e um aproveitamento direto e indireto das corridas. O interesse central estava ligado à necessidade de ser reconhecido como “elemento da elite”, digno de frequentar determinados círculos fechados. Além disso, era uma oportunidade para alinhar e fechar contatos e negócios (MELO, 2001 p. 60).

As corridas se articulavam entre estas duas dimensões: como espaços de distinção e *status* imersa em uma grande possibilidade de negócios ao redor das corridas. Os próprios *clubs*<sup>14</sup>, termo importado do inglês, se tornavam importantes espaços de articulação, encontro e auto-identificação para os membros da elite. Entretanto, isso não significa que as camadas populares estivessem completamente excluídas.

Apesar de inicialmente não compartilhar dos mesmos códigos, não deterem o tempo ocioso e poder econômico necessários para a prática do turfe as camadas populares passaram a consumir o espetáculo envolvido no turfe através da prática das apostas. Até porque jogos ligados as camadas populares eram constantemente proibidos e reprimidos, enquanto aqueles cotados como práticas das elites eram liberados, dotados de reputação e prestígio entre os seus praticantes.

Essa ação contra as práticas das camadas populares também era notável no caso das brigas de galo e touradas. Essas práticas populares consideradas bárbaras e violentas, passaram a ser tidas como indignas para um país que se dizia moderno (MELO, 2001 p. 109).

É possível traçar um padrão no sentido do combate a práticas de grande penetração no gosto popular no âmbito do mesmo processo que fundamentavam a

---

<sup>14</sup> O autor Victor Melo (2001) demonstra o tamanho da preocupação em seguir o modelo inglês, inclusive na utilização dos termos próprios ao turfe na linguagem de origem.

questão das apostas e jogos de azar menos “aristocráticos”. Com a valorização crescente das diferentes formas de apostar o turfe desde o princípio esteve adequado a tais tendências. A grande popularidade adquirida gerou também críticas, possivelmente pela disputa de captação de recursos oriundos das apostas. Esta ênfase ao ato de apostar diminuía o caráter esportivo do turfe passando a ser tratado mais como um jogo de azar. Paradoxalmente, a proximidade com as apostas eram o “calcanhar de Aquiles” (Melo, 2001 p. 169) do turfe, já que o espaço acentuado para apostas era considerado o responsável pelos muitos problemas nos hipódromos (MELO, 2001).

Não diferente disso, vendedores e jogadores do bicho passam a compartilhar de estigmas pejorativos e avessos a moralidade de uma capital “civilizada” haja visto a sua grande penetração dentre as camadas populares. Com seu imenso sucesso e popularidade adquirida ao longo do breve período de existência, o jogo do bicho atraiu uma grande atenção para si, passando a ter uma forte visibilidade frente à diversas instâncias da sociedade brasileira. Assim, a proliferação de mercadores vendendo a sorte nos bichos pelas ruas começa a se apresentar enquanto um “problema” moral e social, trazendo a necessidade de uma regulação mais direta. Os antropólogos Roberto Damatta e Simone Soárez (1999) apresentam uma explicação plausível sobre esta proibição de jogos populares:

A jogatina sempre esteve presente na sociedade, mas quando, com a proclamação da República, se adota formalmente o credo igualitário e o ideal de liberdade individual como base da cidadania, a atividade se amplia de modo considerável, chegando à consciência das elites como um problema social que caberia discutir, regular e controlar (p. 79).

Esta atitude tipicamente elitista fez com que os chefes de polícia e o restante da corporação se sentissem moralmente obrigados a proteger o povo - contra sua própria vontade - dos então, “efeitos danoso dos jogos de azar” (p. 79). Com isso, se justificava tanto a repressão policial aos operadores do bicho quanto à criação de uma legislação de

cunho tutelar das camadas mais baixas da população.

Janeiro de 1895 se tornou o marco da primeira tentativa de intervenção direta do governo republicano para impor limites aos jogos clandestinos (incluindo o jogo do bicho). Apesar das diversas sanções, explorar os jogos de azar, incluindo o jogo do bicho, ainda não era uma atividade inserida diretamente na ilegalidade. O inicial ataque às apostas do então jogo dos bichos se deu por duas frentes. A primeira estipulava que apostas poderiam ser realizadas exclusivamente em corridas e eventos atléticos uma vez por semana, e a segunda proibia a participação de intermediários. Nesta intermediação havia a figura dos *Bookmakers*, que já estavam presentes no cenário das apostas anos antes da criação do jogo do bicho e realizando o papel de intermediação, vendiam a sorte pela cidade a fora em casas especializadas na captação de recursos oriundos desta atividade. As apostas, por parte dos *bookmakers*, atravessavam uma gama enorme de jogos, de corridas de cavalos, jogos esportivos inclusive o próprio jogo do bicho. Apesar de licenciados, a Câmara Municipal já iniciava um movimento de não renovação de licenças para a venda de bilhetes de apostas para qualquer jogo. O objetivo era se livrar permanentemente da figura do intermediário (cf. AGCRJ, código 40-2-45 *apud* CHAZKEL, 2007, p. 545-546). O historiador Victor Andrade Melo demonstra que desde o final do Séc. XIX movimentos de pressão política, principalmente por parte dos Clubes de Turfe, já existiam com o objetivo de fechar estas casas:

Ao mesmo tempo, notando que o dinheiro das apostas poderia ser a salvação para o seu investimento e garantia de continuidade de suas atividades, os clubes passaram a lutar para ter o controle exclusivo das apostas em suas mãos. Desde 1873, o Jockey Club reivindicava a exclusiva responsabilidade por sua exploração. Contudo, agentes clandestinos e as casas bancárias eram empecilhos e atrapalhavam seus intuitos (MELO, 2001, p. 164-5).

Este jogo de forças desencadeou leis controversas intensificando a disputa entre a prefeitura e os *bookmakers* nos tribunais. O inesgotável debate entre regulação versus

proibição impedia a criação de um consenso legal que desse o devido argumento legal para prisões<sup>15</sup> e fechamento de casas de apostas. As lideranças policiais e políticas, esporadicamente, adotaram fortes medidas e vigorosas campanhas na tentativa de acabar, não apenas com o jogo do bicho, mas com o controle das apostas por parte de determinados grupos. “A luta era, entretanto, mais do que judicial: era moral e de poder, com os dirigentes dos clubes [de Turfe aliados a *companhia de loterias nacionais do Brasil*] usando todo o seu prestígio para definitivamente exterminar as casas de apostas” (MELO, 2001 p. 166). Tais disputas continham em sua prerrogativa um grande peso moral e relativamente baixo teor punitivo<sup>16</sup>. O historiador Felipe Magalhães afirma a importância do poder público no mercado de diversões no período em que o jogo começa a se popularizar:

Entre os anos 1890 e 1910, o mercado de diversões da cidade do Rio de Janeiro foi profundamente alterado. Além da intensa circulação de dinheiro, a tecnologia foi fundamental para este processo de expansão e diversificação. O poder público também desempenhou um importante papel, pois era responsável por permitir e proibir a instalação de novos espaços voltados para o lazer (2005, p. 41).

Quanto a esta crescente atuação do poder público, é importante manter em mente que todas as formas de loterias são mais do que um vício ou um simples jogo,

---

<sup>15</sup> Podemos deixar marcado neste ponto que a primeira lei que efetivamente tratou a questão do jogo de loterias enquanto uma infração legal data de 30 de dezembro de 1910, a Lei nº: 2.321 que *proíbe as loterias e rifas de qualquer espécie* [grifo meu] como pena e punição aos infratores. Entretanto, o bicho só será especificamente citado baseado nos artigos 213 e 234 do Código Penal de 1940 que tratam dos crimes contra os bons costumes. Dec. Lei nº: 6.259 de 10 de fevereiro de 1944. Das Contravenções, Art. 58. “Realizar o denominado “jogo do bicho”, em que um dos participantes, considerado comprador ou ponto, entrega certa quantia com a indicação de combinações de algarismos ou nome de animais, a que correspondem números, ao outro participante, considerado o vendedor ou banqueiro que se obriga, mediante sorteio, ao pagamento de prêmios em dinheiro”. Para a maioria dos autores, o golpe de misericórdia legal dado ao bicho foi com o Dec. Lei nº: 9.215, de 30 de abril de 1946, que instaurou o bicho em definitivo quanto uma contravenção penal, colocando-o na ilegalidade penal. Entretanto, a lacuna legal entre regulação e proibição até então não havia sido solucionada. Ao mesmo tempo em que o governo municipal da cidade liberava licenças permitindo estabelecimentos comercializarem jogos de sorte a polícia realizava operações voltadas à repressão destas atividades (CHAZKEL, 2007, p. 559).

<sup>16</sup> Em artigo apresentado ao XI CONLAB (Congresso Luso Afro Brasileiro) pude examinar esta oscilação da repressão durante o acompanhamento com bicheiros nas ruas da cidade (LABROCINI, 2011).

elas são um grande negócio. No início do governo republicano, uma parceria público-privado criou em 1896 a *Companhia das Loterias Nacionais do Brasil*, que garantia a concessão desta companhia à administrar as loterias pelo país. Esta recém-criada Companhia exerceu um grande papel no sentido de acabar com as loterias clandestinas, independentes e populares. A partir de 1898 atuou de maneira mais ativa tratando o “problema” das loterias clandestinas não mais como uma questão local ou pontual. Em 1917, a Companhia intensifica o apoio a uma postura favorável a repressão contra demais jogos de azar, em especial o jogo do bicho, desencadeando uma onda repressiva chamada de “Mata-Bicho”, que terminou em dezembro do mesmo ano (cf. DAMATTA e SOÁREZ, 1999, p. 82).

Por outro lado, e apesar do grande aparato repressivo que vinha sendo construído contra o controle dos jogos de azar por grupos com baixo ou nenhum poder e influência política, o jogo do bicho escapou, tanto política quanto economicamente, das mãos dos investidores privados e do poder público, pois nunca se apresentou inteiramente confinado a tais amarras. Ao invés disso, os jogos de azar se apresentaram com uma apropriação de capitalistas e governantes que se aproveitaram de uma realidade sócio-econômica e de infra-estruturas existentes. “A desobediência do jogo do bicho por parte dos *banqueiros* [veremos adiante seu papel] é pautada pelos mesmos fins lucrativos dos opulentos industrialistas” (CHAZKEL, 2007, p. 553). A ambiguidade das leis perante os jogos de azar explicitava uma posição intermediária entre o permitido e o proibido, legal e ilegal. A súbita transição legal do jogo mascarada por uma moralidade consensual permite uma aplicação seletiva da lei. Em momentos, deixa o bicho solto e correndo nas ruas, e em outros, se enjaula.

## **Bancando apostas**

No momento em que o jogo do bicho passou a ser explorado informalmente, uma estrutura já se encontrava montada na cidade para a venda de bilhetes de loterias permitidas e não permitidas. “Os escritórios e agências lotéricas surgiam como o espaço privilegiado para a comercialização destes bilhetes, mas ao seu lado também havia uma infinidade de possibilidades para o apostador tentar sua sorte” (MAGALHÃES, 2005, p. 98). Imerge no centro urbano da antiga capital um imenso e diversificado conjunto de locais aonde se podiam comprar um bilhete do bicho.

É importante ressaltar que, na maioria dos casos, as loterias foram tomadas como mais um produto a ser oferecido pelos comerciantes, sendo vendido junto com outros produtos ou serviços. Assim, é possível afirmar que, antes mesmo da proibição do sorteio promovido no Jardim Zoológico, o jogo do bicho já estivesse incorporado a esta extensa lista de loterias não-autorizadas comercializadas pelas ruas da capital da República. Felipe Magalhães (2005) contribui para revelar algumas das bases fundantes para a disseminação do jogo do bicho pela cidade neste período:

Em função da existência de um mercado de loterias estabelecido na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1840, o jogo do bicho pôde figurar como mais uma entre as diversas loterias, autorizadas ou não, oferecidas aos apostadores. Por outro lado, a existência de uma “estrutura”, legalizada ou não, para a venda dos bilhetes de loterias foi fundamental para que o jogo do bicho pudesse ser comercializado em diversos pontos da cidade, permitindo sua chegada aos arrabaldes mais distantes. Para além do fato do jogo do bicho trocar a frieza dos números pela vitalidade dos animais, penso que estes dois fatores foram fundamentais para o sucesso desta loteria nos seus primeiros anos (p. 99-100).

Assim, os primeiros “banqueiros” do bicho teriam sido os donos de armazéns de secos e molhados, sapateiros, donos de quiosques, *bookmakers*, vendedores ambulantes autônomos e outros estabelecimentos comerciais, onde banqueiros do bicho e comerciantes locais se misturavam em uma única figura.



Entretanto, a partir da repressão estatal visando uma cidade civilizada que possibilita a institucionalização do jogo, algo que teria criado condições para uma nova unificação. “A repressão inaugura uma nova fase no jogo do bicho: a de consciência institucional de si mesmo” (DAMATTA, 1999, p. 83-84). Uma incondicional aprovação popular geradora de legitimidade social seria oriunda de uma postura contrária a leis elitistas e mal intencionadas. Entretanto, esta repressão, como tentaremos demonstrar a seguir, não desencadeou pura e simplesmente uma expulsão de amadores criando os grandes banqueiros atuais. Este se deu por processos muito mais lentos e graduais.

O termo *banqueiro* populariza-se no início do século XX e é adotado aos então donos do jogo do bicho. Pois, um *banqueiro*, no bicho, é a pessoa que “banca” a aposta dos demais. Segundo a opinião de alguns autores, os primeiros banqueiros seriam, em sua maioria, imigrantes - árabes, portugueses, espanhóis, entre outros (CAVALCANTI, 1940 *apud* DAMATTA e SOÁREZ, 1999).

Havia, até fins dos anos 40, uma pulverização do capital do jogo. As áreas e pontos de apostas eram espalhadas pela cidade de maneira não muito enrijecida.

Os contraventores possuíam pontos de apostas no município sem que tivessem áreas rigorosamente definidas, e atuavam dentro de um relativo clima de estabilidade, embora mantivessem firme a concorrência entre si (BEZERRA, 2010, p. 32).<sup>17</sup>

Desta forma, a organização das bancas pela cidade refletia nas operações do jogo. As apostas de cada ponto podiam ser feitas sob cotações diferentes, de acordo com o valor pago pelo banqueiro dono do ponto.

A criação de novos concorrentes era alvo de preocupação para os banqueiros já

---

<sup>17</sup> Lembremos que o autor trata especificamente de um banqueiro em particular, Anísio Abraão o maior e mais famoso banqueiro do jogo do bicho da cidade de Nilópolis - RJ. Entretanto, algumas de suas características e formas de atuação podem ser refletidas de forma geral pela concentração do jogo em figuras chaves transparecendo um pouco da macropolítica envolvida no “alto escalão” do bicho.

consagrados e atuantes. Em entrevista, um informante conta ao historiador Luiz Bezerra (2010):

Era comum em algumas ocasiões a polícia fechar um ponto de bicho que pertencia a um banqueiro determinado, e não agia nos outros pontos. Quer dizer, só pegava aquele ponto. Então se supõe que um outro estivesse bancando a polícia para ir contra o adversário, né? No concorrente, digamos assim. Não era uma situação de equilíbrio. E havia também novas pessoas querendo bancar, querendo montar ponto. Isso era comum. Normalmente, a polícia agia em cima deles, prendia, batia... Isso tudo mesmo antes de 64 (p. 32).

Entretanto, não apenas de disputas se baseava a dinâmica de distribuição e divisão de pontos de jogo. O controle do jogo do bicho, em determinadas regiões, era pautado por uma divisão de banqueiros que possuíam a lógica da compra de pontos para a revenda.<sup>18</sup> A semelhança do jogo com um negócio que demanda gestão de recursos financeiros, obtenção de proteção policial e coordenação de pessoal, mostra como seria difícil para um banqueiro começar debaixo e ser bem sucedido.

A concentração de pontos do jogo nas mãos dos grandes banqueiros não se deu de forma casual. Para se tornar um grande banqueiro, não bastava já ter algum envolvimento com o jogo ou ser um pequeno banqueiro e, em geral, a exploração do bicho era conjugada a outras atividades legais, como mercearias e até mesmo loterias regulamentadas e corridas de cavalo. Tal diversificação de empreendimentos, principalmente com as corridas de cavalo, influenciava e intensificava o *status* ambíguo que os banqueiros detinham na sociedade carioca, permitindo que transitassem entre diferentes estratos sociais aparentemente intransitáveis. Desta mesma forma, as relações entre parentes e suas redes de alianças eram essenciais para um fortalecimento dos negócios.

A impossibilidade de vincular os membros da organização por meios

---

<sup>18</sup> Isso mostra o potencial econômico do jogo do bicho e a alta lucratividade envolvida (BEZERRA, 2010, p. 34).

de relações contratuais formais, assim como estabelecer a hierarquia em estatutos legais, torna o parentesco direto uma via importantíssima para a transmissão de poder, sendo complementado pelo parentesco indireto, por sua vez, baseado em relações de afinidade que também passam a fundamentar uma série de laços para a expansão de negócios ilícitos (ALVITO, 2001, p. 181 *apud* BEZERRA, 2010, p. 36).

Além disso, era necessário um extraordinário senso de oportunidade, habilidade para superar uma eventual escassez de capital recurso a violência - quando necessário - cobertura política/policial. Este último, um dos fatores centrais para a manutenção de um andamento “estável” do jogo, criando um sistema de proteção aos agentes subordinados à alguns banqueiros. Desta maneira, a relação com o poder público se fez necessária, pois somente assim o bicho teria um ambiente “seguro” e com estabilidade para dar continuidade das apostas. Sobre a relação do jogo do bicho com o poder público, Chinelli e Silva nos afirmam:

Aqui, trata-se de “politizar a repressão” através de acordos e propinas que minimizassem seus efeitos e garantissem a convivência, e através de uma influência política mais ampla, capaz de influir na ‘filosofia’ ou orientação geral da ação policial (CHINELLI e SILVA, 1993, p. 48 *apud* BEZERRA, 2010, p. 38).

O fator de uma ‘cobertura política’ através de acordos diretos com banqueiros atuam em prol desta convivência aparentemente estável e pacífica entre o bicho e o poder público. Assim, estes acordos com os próprios policiais muitas vezes contribuía para reprimir qualquer um que tentasse bancar seu próprio ponto, evitando que houvesse a necessidade do recurso explícito direto da violência e de uma constante disputa entre banqueiros. Estes autores nos remetem a necessidade – em um determinado período – de um “braço armado” a serviço do chefe da organização.

A insuficiência e a precariedade da “politização da repressão”, associada à ausência de um quadro normativo que permitisse definir as fronteiras entre as diferentes organizações sem recurso à força, fizeram com que, durante muito tempo, explodissem violentos conflitos que puseram em relevo a dimensão paramilitar envolvida no

processo de institucionalização do jogo do bicho. Sua consolidação institucional – mesmo com permanência na “transgressão” – progressivamente reduziu a frequência e a relevância do recurso à força, até atingir o momento atual, que se caracteriza por uma pacificação aparentemente total obtida através de um acordo de cúpula que parece bastante estável e que conta com o aval implícito do poder público. (...) o braço armado perde seu antigo sentido estratégico, sendo substituído pela força econômica e política, mas preserva-se o “estilo” que contribuiu para moldar (CHINELLI e SILVA, 1993, p. 49).

A partir deste mesmo período, pode-se pensar o jogo contendo em sua estrutura uma dinâmica de competição entre banqueiros. Uma competição pautada pela lei do mais forte e com o objetivo de concentrar os pontos de jogo em torno de alguns poucos banqueiros. Esta competição nem sempre se deu pelos meios da concorrência capitalista. Em alguns momentos, as balas foram o meio para se ganhar mais um ponto. De tal modo, o jogo se constitui enquanto um mercado ilícito, segmentado, competitivo e perigoso. Conflitos armados entre banqueiros durante as décadas seguintes<sup>19</sup> já tomavam conta das páginas policiais do país. Os conflitos envolviam organizações de pistoleiros – chamados pela imprensa de “Sindicato do Crime” – e de suas redes familiares, numa verdadeira “sangrenta sucessão de lutas de proporções alarmantes” (O Dia, 26/1/1961, *apud* MISSE, 2007, p. 4).

Estas disputas criaram uma representação social sobre a figura do banqueiro que reflete até mesmo o posicionamento de trabalhadores de bicho nas ruas da cidade. Um de meus informantes, o bicheiro “Zé”, afirma que, em determinadas localidades, a presença de um bicheiro é considerada um anteparo contra eventuais assaltos ou roubos.

(...) a vagabundagem tem medo e não mexe com a gente não, eles acham que tem algum vigia, ou coisa parecida. Esse dinheiro todo aqui ó! [me mostrando um bolo de notas] não é nosso [referindo-se a quem trabalha nas ruas]. E se não é nosso, ele tem que ser de alguém.

---

<sup>19</sup> A autora Simone Simões Soares (1993) argumenta que esta dinâmica se postergou com maior e menor intensidade ao longo dessas décadas de 50, 60 e 70. Somente na década seguinte que ela perdeu força e cessou de existir após a criação da *cúpula do jogo do bicho*, que discutiremos adiante.

Quando eu trabalhava na Penha, o dono do boteco que eu trabalhava próximo vivia pedindo para eu ficar na porta do bar dele. As pessoas sabem que vagabundo tem medo de bicheiro.

Assim, ao longo dos pontos de jogo espalhados pela cidade não se tem a necessidade constante de uma proteção extensiva. A representação social do banqueiro vai além de um simples marginal ou fora da lei. Sua força não está inserida exclusivamente no indivíduo. As redes e influências são fatores de peso na representação de tais figuras. O renomado banqueiro Castor de Andrade, em entrevista para o programa “Jô Soares onze e meia” para no canal SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) narra uma situação instigante:

Foi interessante isso. Numa casa de veraneio minha, eu fui surpreendido, umas onze horas da noite. Quando fui fechar o portão, e um sujeito me apontou um revólver e, em seguida, apontou o revolver logo para o segurança que estava na casa. Eu pedi a ele para ter calma porque ele realmente tinha chegado no lugar certo. Se o problema dele era dinheiro e jóias ele tinha ido ao lugar ideal, no lugar certo. E falei que ele não devia se preocupar com aquele negócio. Convidei a entrar, o outro comparsa entrou também e o terceiro quando chegou disse: “Meu deus do céu! É a casa do Dr. Castor, vamos embora que pintou sujeira.” Ai pediram desculpas e foram embora. (...) eu tive uma sorte muito grande porque o assaltante me reconheceu, pediu desculpas e foi embora.<sup>20</sup>

O apresentador, de maneira cômica completa: “Já o meu assaltante também me reconheceu, mas mesmo assim levou o meu relógio” levando a platéia ao delírio. Esta narrativa corrobora com a idéia de que não bastava ser famoso ou apenas reconhecido enquanto uma pessoa pública. A simples suposição de uma constituição de redes influentes de *banqueiros*, se levarmos em conta o que se tem como horizonte de possibilidade a respeito das práticas associadas às organizações do jogo do bicho, constitui uma esfera subjetiva que envolve respeito e temor nas atitudes das pessoas diante do poder exercido pela figura do banqueiro em conjunto com seus parentes e

---

<sup>20</sup> Trecho transcrito de entrevista acessada no portal Youtube. Disponível em:  
<<http://www.youtube.com/watch?v=iITGFqR4xB4>>. Acesso em 13 dez. 2011.

amigos influentes (BEZERRA, 2010, p. 40). A forma empregada na construção da narrativa do banqueiro demonstra a confiança que o próprio banqueiro tem nesta representação subjetiva. De uma maneira bem humorada, ele transforma uma situação de tensão em algo cômico. Transparecendo a ideia que; assaltar banqueiro do bicho, só pode ser piada!

### **Se ficar o bicho come**

As lutas e conflitos entre banqueiros pelo controle de pontos na cidade do Rio de Janeiro, perpassando com maior e menor intensidade entre as décadas de 1940 até final dos anos 1970, foi um importante “fator de representação social da violência na cidade, mas foi a ligação que se estabeleceu entre esse mercado ilícito e a “proteção” policial o principal responsável pela representação crescente de corrupção policial (...)” (MISSE, 2007, p. 5). Essas redes sociais passavam não apenas a explorar o jogo do bicho, mas as “*mercadorias políticas*” (propinas, chantagens, extorsões e redes de proteção), interligando mercados legais, ilegais, formais e informais (MISSE, 2007).

As disputas entre banqueiros e as tomadas de pontos de jogo mostram como estes conflitos favoreceram determinados banqueiros. O historiador Luiz Bezerra (2010) apresenta uma possível apropriação pela força de diversos pontos, o que chama de: “tomada no peito” (p. 34), como quando o banqueiro Anísio Abraão fortaleceu sua liderança no jogo e no município de Nilópolis. O acontecimento causou surpresa a todos na cidade, devido a sua abrupta e inesperada ascensão. Em uma entrevista, “Carlinhos”, bicheiro de Niterói, me conta como se deu a ascensão do igualmente reconhecido Capitão Guimarães.

O Capitão Guimarães veio pra Niterói pra combater o jogo. Na época da ditadura, ele era capitão mesmo, do exército, por isso o título de Capitão. Só que ele viu que dava muito dinheiro, mais do que no

quartel (risos). Ele veio e saiu pegando esse monte de ponto de bicho. Pegou e começou a montar o jogo dele. Começou a pegar um montão de ponto. Ponto, ponto, ponto, ponto. Dinheiro a “pampa” saiu [do exército] e veio pro jogo de bicho. Ele era do Rio. E na época começou essa guerra, era um matando o outro. Você poderia estar escrevendo um joguinho ali e vinha um e te dava um tiro. Ai, então, vieram e pegaram os coroas mesmo. Os antigos, o Capitão Guimarães, o Castor de Andrade, o Piruinha, o Anisio (...). [disseram] Ó gente, vamos parar com isso. Vamos fazer uma divisão, pra gente acabar com esse negócio? Se não ficava até hoje como se fosse uma boca de fumo, que cada um invade o outro. Então ficou acertado, agora isso é isso, e isso é isso. Porque eles viram que tava dando dinheiro, é uma coisa lucrativa. É um jogo que são dez mil milhares!

A estrutura desse mercado permaneceu segmentada em territórios rivais até o final dos anos 70, quando se estabeleceu *a cúpula do jogo do bicho*. Movimentos de maior ou menor tensão entre banqueiros pautados por alianças voláteis, de um lado, e conflitos armados de outro, marcavam a representação da *macropolítica* dos “donos” do jogo.

A chamada *cúpula do jogo do bicho* foi criada no início dos anos 80 de modo a estabilizar a aliança entre os “grandes” banqueiros da cidade. Sob a liderança incontestada do já mencionado Castor de Andrade, filho e neto de banqueiros dos anos 40 e 50, até então no controle da grande maioria de pontos em Bangu e Padre Miguel.

Assim, as lideranças do bicho, desde os municípios adjacentes da baixada fluminense até as zonas mais nobres da cidade foram divididas entre o controle pelos “grandes<sup>21</sup>” banqueiros que são caracterizados por serem membros da cúpula e dos banqueiros “menores”. Estes, em geral possuíam menos influência e poder econômico além de necessitarem de uma permissão para trabalhar. Em entrevista, o bicheiro “Carlinhos” me explica um pouco como funcionaria esta dinâmica entre “grandes” e

---

<sup>21</sup> O termo “grandes” e “pequenos” são uma categoria minha para diferenciar banqueiros com maior e menor influência tanto no jogo do bicho quanto fora dele. Ao longo do campo não existiu em nenhum momento essa terminologia. Banqueiros são banqueiros, independente de sua fama, poder econômico, político ou participarem ou não da cúpula do jogo.

“pequenos” banqueiros:

(...). No governo não tem o primeiro escalão? Depois o segundo, o terceiro. Então, você não pode tomar conta de tudo, porque você vai se perder. O segundo escalão é (...). Por exemplo: você vai lá pra Araruama, povo pequeno, aí o banqueiro deixa o cara entrar naquela área. Vai deixar aquele cara sobre o aval dele. Ele nem precisa prestar conta pra ele não. Se eu o conheço, eu vou preferir que ele fique lá do que um outro que eu não conheço, não é? O outro pode querer começar a crescer e invadir a minha área. Então, assim, ele vira o segundo escalão. O banqueiro deixa ele lá trabalhando, mas com a consciência de que está sobre o aval do banqueiro. Vai ter que trabalhar do jeito que ele quer. Porque se deixar qualquer um, vai virar bagunça. É assim que funciona. Você não tem como tomar conta de tudo.

Como dito anteriormente, as relações de confiança e as redes de aliança são essenciais para que os pontos de uma localidade permaneçam sob o controle de determinado banqueiro. Um apadrinhamento de banqueiro para banqueiro permite que os demais possam usufruir das outras áreas. Apesar das institucionalidades do jogo do bicho, com a criação da cúpula, as relações não são exclusivamente mediadas pela formalidade. A cúpula se transforma, então, no palco de discussão e deliberação das futuras ações do bicho.

As relações de fronteira são preocupações constantes, tanto na vida de um banqueiro, quanto na dos demais trabalhadores do bicho. Onde os pontos de um banqueiro acabam e onde começam os do outro é uma pergunta para a qual dificilmente teremos uma resposta direta. Banqueiros dividem a cidade em uma verdadeira colcha de retalhos. A distribuição dos pontos, em geral, respeita acordos previamente estabelecidos e definidos. Inicialmente, a divisão segue uma estrutura formalizada entre os já concretizados “grandes banqueiros” cujos nomes hora ou outra pululam as páginas do noticiário.

A distribuição dos pontos de cada bicheiro respeita a delimitação de cada *área*.



Cada banqueiro tem a sua *área* e pode distribuir, dar, vender ou conceder concessões de seus pontos como bem entender. Em zonas fronteiriças, esta regra pode parecer um tanto confusa, pois pode haver pontos próximos de banqueiros diferentes. Na zona central da cidade é onde isso é mais evidente.

O bicheiro “Domingos”, por exemplo, que trabalha no centro da cidade há mais de 40 anos, e ao longo de meu trabalho de campo contava que esta região é dividida por mais de dez banqueiros diferentes. Podendo haver uma banca em cada esquina de banqueiros distintos. As zonas fronteiriças das áreas de cada banqueiro não são estritamente definidas, deixando margem para o surgimento de pequenas concorrências entre pontos de diferentes banqueiros.

No final da década de 1980, Simone Simões Soares (1993) consegue uma incrível entrevista com “Zinho”, o porta-voz do jogo na época e que nos traz uma imagem de como a dinâmica entre banqueiros funciona:

Temos nossa cúpula, que são sete: Castor (presidente), Miro, Luiz Drummond, Turcão, Rafael Palermo, Anisio Abraão, Capitão Guimarães. Aqui estamos divididos em cinco áreas: Zona Centro, Zona Norte, Baixada e interior. Cada zona tem três representantes, são 15 representantes. Temos uma reunião todo mês com a cúpula. A cúpula não decide, quem decide é a maioria dos representantes numa votação democrática. Nossas decisões são só aqui no Rio, nós não interferimos nos outros Estados. Nossa tecnologia é a mais avançada. Aqui não aparece aventureiro. Cada um tem a sua área. Se eu quiser vender meu negócio, tenho q vender para meu vizinho. Ninguém pode vender seu ponto sem dar preferência ao banqueiro vizinho. No centro da cidade, nós temos 8 a 10 banqueiros; se ninguém estiver interessado (os vizinhos) poderá vir um outro banqueiro. Existe o respeito. Existe uma disciplina, uma hierarquia. Eu tenho quase 300 empregados. Tenho nove pontos em lojas e na rua. Cada loja tem o gerente, o caixa (carimbador), os aranhas (cambistas) e os funcionários (p. 75-6).

Desta forma, conseguimos ver o aparecimento de diferentes funções de banqueiros do bicho. Grandes e pequenos banqueiros coexistem sem que haja a possibilidade de concorrência desleal atrapalhando assim a dinâmica de suas relações.

Noções de respeito, disciplina e hierarquia formam a base de sustentação de um funcionamento pacífico.

Por outro lado, vale assimilar que, a divisão da herança de um banqueiro costuma ser motivo causador de grande instabilidade e algumas vezes seus espólios são divididos na bala. O que cria um clima de inconstância temporária até que a ordem seja mais uma vez estabelecida e as apostas voltem a fluir normalmente.

### **Os Médicos do Samba**

“Solta o bicho!”  
Grito de guerra da escola de samba Vila  
Isabel, 3ª colocada no carnaval de 2012

A cúpula se organizou legalmente com a criação da *Liga Independente das Escolas de Samba*, que começou a dirigir os grandes desfiles do carnaval carioca desde então. As relações entre banqueiros e escolas de samba demonstram claramente uma influência dentro da *macropolítica* do jogo. Principalmente no que tange a atuação de alguns banqueiros “maiores”. Como evidenciado anteriormente, um banqueiro de bicho possui grande influência econômico-social, política e a atuação com o carnaval se apresenta quanto um reflexo que transpõe sua influência.

A dominação do carnaval carioca não é algo recente, ela advém de meados da década de 1970. A formalização selada com a *cúpula do bicho* faz com que atribuições de maior importância seja dada a alguns banqueiros. Um ícone de um determinado bairro ou zona da cidade. “(...) a imensa fortuna dos banqueiros de bicho transborda generosidade para outras atividades” (DAMATTA e SOÁREZ, 1999, p. 162).

Criado em 1984 pela cúpula dos principais bicheiros do Rio, a *Liga Independente das Escolas de Samba* (LIESA) tornou-se o principal meio de

interlocução entre o bicho e o samba, mais especificamente os desfiles do grupo especial (CAVALCANTI, 1994). No que concerne a grandes escolas, a influência dos banqueiros se fez presente desde os anos 70, mas foi nos anos 90 que esta presença dominou o carnaval do Rio. Maria Laura Cavalcanti (1994) afirma existir um verdadeiro mecenato artístico do mundo do bicho para com o mundo do samba.

(...) as escolas de samba tornaram possível uma integração positiva do bicheiro na vida da cidade. (...) Ou seja, a ação de bicheiros, através das escolas de samba, é também uma integração para as massas à vida urbana na cidade (p. 98 - 99). [Tradução minha]

Assim, o banqueiro apresenta-se não apenas como um operador de uma contravenção, mas é também visto como um líder comunitário que busca aumentar sua influência e seu prestígio perante o grupo com o samba no pé. Entretanto, as ‘generosidades’ do bicho não são tão dadas como se deixam transparecer pois são fontes claras da busca pela manutenção de poder e influência.

Conforme o carnaval carioca e seus desfiles ganham o mundo como “uma das formas mais “brasileiras” de expressão cultural” (Damatta, & Soárez, 1999), a responsabilidade de seu sucesso cresce. A notoriedade mundial do samba instiga a cobiça do poder público que passa a buscar também maneiras de financiar e produzir o espetáculo. Entretanto, seu repasse de verbas não chega a 20%, enquanto o que cabe ao banqueiro uma bagatela de 40%<sup>22</sup>, além de influência direta na produção e montagem do desfile e seus apetrechos. Isto está longe de ser considerado um investimento financeiro, pois a escola não recupera nem 50% do total de seu gasto com um desfile. A generosidade do banqueiro rompe a cifra dos milhões.

Colocam-se os blocos na rua, ou melhor, na avenida. A duração de um desfile ao longo de sua história variou de 30 à 80 minutos gerado sob a forma de uma competição.

---

<sup>22</sup> A estimativa do montante das despesas de um *barracão* chega de um milhão e meio a dois milhões e meio de dólares (CAVALCANTI, 1994, p. 103).

Quanto maior, mais brilhosa, organizada e imponente a escola se apresentar maiores são as chances de uma vitória. Sob os olhos do bicho, o desfile apresenta-se, como um verdadeiro *potlatch* (BOAS, 1897). Quando as escolas se reúnem e realizam coreografias com as mais diversas alegorias, tudo isso puxado por um bom samba enredo. Todas elas objetivando a glória de ser a campeã do ano, o que validaria e compensariam o esforço e sacrifício que todos realizaram ao longo do ano anterior. Como na confecção de fantasias, alegorias, ensaios, música e etc. Todo trabalho duro se resume a um momento breve no tempo até finalmente tudo se acabar na quarta-feira.

De qualquer maneira, o mecenato ou a patronagem do banqueiro expande-se para outras instâncias: “Com o enriquecimento dos bicheiros, essa confiança logo se transformou em patrocínio: auxílio às obras públicas, com pessoal e empregos em troca da lealdade da população” (CAVALCANTI, 1994, p. 97). Além da grandiosa ajuda financeira às escolas de samba, e também a vários times de futebol<sup>23</sup>, eles investem também, no cinema, no teatro e outras atividades culturais há quase 40 anos.

O carnaval do Rio traz consigo a visibilidade notória e pública de um patrono clandestino que vai à passarela receber os aplausos da população pelo espetáculo de “sua” escola. Retornando assim a velhas formas tradicionais de obtenção de prestígio.

A comunidade pobre de Vila Vintém resume e exemplifica tais relações. Após a divulgação da vitória da escola *Mocidade Independente* em 1990, moradores carregaram Castor de Andrade (o primeiro presidente da cúpula do bicho) nos braços, com urras: “Ei, ei, ei, Castor é nosso Rei!” No ano seguinte, Castor chegou a gastar mais de 250 Milhões de Cruzeiros para consagrar-se bi-campeão do samba da avenida (SOARES, 1993, p. 145).

---

<sup>23</sup> No caso do futebol, o time mais representativo do Bangu Atlético Clube, no subúrbio do Rio de Janeiro, que chegou a ser campeão estadual sob o comando de Castor de Andrade em 1966 tendo como mascote um castor. Ver também: Soares (1993, p. 145).

A dominação dos bicheiros é tanta que, neste mesmo ano, as quatro primeiras escolas possuíam financiamento e presidência de banqueiros da cúpula:

1º lugar: Mocidade Independente de Padre Miguel, Patrono: Castor de Andrade.

2º Lugar: Acadêmicos do Salgueiro, Presidente: Valdemiro Paes Garcia (o Miro).

3º Lugar: Imperatriz Leopoldinense, Presidente: Luiz Drummond.

4º Lugar: Beija Flor, Presidente: Aniz Abraão David (O Anísio Abraão de Nilópolis) (SOARES, 1993, p. 143).

No ano de 2010 o colunista Anselmo Gois escreveu em sua coluna: “Aliás, a Unidos da Tijuca, campeã do carnaval, não tem bicheiro. A Viradouro, rebaixada do ano, sempre foi muito ligada à contravenção. Isto quer dizer... não sei.<sup>24</sup>” Mesmo tentando mascarar sua previsão dos acontecimentos com um cínico “não sei”, o colunista e conhecidamente contrario ao jogo do bicho, nos induz a concluir em uma possível decadência do financiamento do bicho. Entretanto, no ano seguinte (2011) a escola Beija Flor de Nilópolis mais uma vez se consagra reafirmando a dominação dos banqueiros do bicho no carnaval carioca.

## Conclusão

Os vinte cinco bichos da lista do Barão fazem parte integrante da cultura carioca. Entendê-lo como um simples jogo de azar não é suficiente para abarcar todas as relações atreladas ao jogo. Há muito mais envolvido entre uma aposta do que possa parecer.

O jogo do bicho escapa, tanto política quanto economicamente, das mãos dos investidores privados e do poder público. Sua legislação o insere numa ambiguidade o deixando em uma posição intermediária entre o permitido e o proibido, legal e ilegal. A

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2010/02/19/a-coluna-de-hoje-267631.asp>>. Acesso em 19 fev. 2010.

súbita transição legal do jogo mascarada por uma moralidade consensual permite uma aplicação seletiva da lei. Apesar disso, seu atrelamento ao Carnaval reforça sua legitimidade apesar disso. Menos do que uma danação, sua inserção na ilegalidade reflete uma postura regulatória de quem, quando e onde se jogar, criminalizando práticas de uma parcela da população.

### Referências

BEZERRA, Luiz Anselmo. A família Beija-Flor. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHS). Niterói, 2010.

BILAC, Olavo. O jogo do bicho. In: \_\_\_\_\_. Crítica e fantasia. Lisboa: Livraria Clássica, 1904.

BENATTE, Antonio Paulo. Dos jogos que especulam com o acaso; Contribuição à história dos jogos de azar no Brasil (1890 -1950) Tese de doutorado apresentada ao departamento de história IFCH – UNICAMP; Campinas, 2002.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro, Ed; Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação. Rio de Janeiro, 1954.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Le Mécénat du jogo do bicho dans Le carnaval de Rio de Janeiro*. Apresentação na jornada de Ciências Sociais UNESP. 1994.

CECCHI, Ana Victoria. Esfera pública y juegos de azar: Del meeting contra El juego al allanamiento do domicilio privado. Prensa, parlamento y policía em Buenos Aires (1901 -1902) *Cuadernos de Antropologia Social* –UBA, n. 32, 2010, p. 169-194.

CHAZKEL, Amy. Beyond Law and Order: The Origins of the *Jogo do Bicho* in Republican Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Studies*, n. 39, Cambridge University Press – UK, 2007.

CHINELLI, Filipina. & SILVA, Luiz Antônio Machado da. O vazio da ordem: Relações políticas e organizacionais entre escolas de samba e o jogo do bicho. *Revista do Rio de Janeiro*, 1 [5], Rio de Janeiro UERJ/CEP Rio, 1993, p. 42-52.

COSTA, Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

CRUZ, Mario Ribeiro da. *Vale o escrito: casos de jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Ed. Razão Cultural, 2000.

DAMATTA, Roberto, SOÁREZ, Elena. Um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. O Leão Bipolar – Mudanças impositivas de atuação estatal frente ao jogo do bicho. Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro Brasileiro, 07 a 10 de agosto de 2011.

MAGALHÃES, Felipe Santos. Ganhou Leva...Do Vale Impresso ao Vale ao escrito. *Uma história social do jogo do bicho no rio de janeiro.(1890-1960)* Tese de doutorado apresentada ao PPGHS – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. É o bicho! A origem do jogo mais popular do país. *Revista de História da biblioteca nacional*. Ano 1. nº 12, setembro, 2006, p. 16-25.

\_\_\_\_\_. *Ganhou, Leva! O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1989-1960)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808- 1946)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Dissertação de Mestrado, 1989.

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos & Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Mercados Ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*. Vol.21 no.61 São Paulo, 2007.

PACHECO, Renato José Costa. *Antologia do Jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguay-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, março 2008, p. 117-133.

SOARES, Simone Simões Ferreira. Jogo do bicho, um fato social brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SOÁREZ, Elena. *Jogo do bicho, um totemismo carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.